



ANEXO "B" - PROGRAMA DE MATÉRIAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CFO 2024

1. LÍNGUA PORTUGUESA

- 1.1 Domínio da Expressão Escrita (redação).
- 1.2 Adequação Conceitual.
- 1.3 Pertinência, relevância e articulação dos argumentos.
- 1.4 Seleção Vocabular.
- 1.5 Estudo de textos (questões objetivas sobre textos)
- 1.6 Ortografia oficial.
- 1.7 Acentuação gráfica.
- 1.8 Emprego dos sinais de pontuação.
- 1.9 Estrutura e Formação de Palavras.
- 1.10 Classes de Palavras.
- 1.11 Frase, Oração e Período. Termos da oração. Período composto. Orações reduzidas.
- 1.12 Emprego de nomes e pronomes. Funções sintáticas dos pronomes relativos. Colocação pronominal.
- 1.13 Emprego de tempos e modos verbais.
- 1.14 Regência Verbal e Nominal.
- 1.15 Concordância Verbal e Nominal.
- 1.16 Crase.
- 1.17 Sílabas e tonicidade.
- 1.18 Fonemas.
- 1.19 Notações léxicas.
- 1.20 Estilística.
- 1.21 Figuras de Linguagem.
- 1.22 Linguagem: como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades



humanas.

- 1.23 Funções da linguagem na comunicação.
- 1.24 Diversidade linguística (língua padrão, língua não padrão).
- 1.25 Leitura: capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo).
- 1.26 Estrutura textual: organização e hierarquia das ideias: ideia principal e ideias secundárias.
- 1.27 Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual.
- 1.28 Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade
- 1.29 Semântica: o significado das palavras e das sentenças: linguagem denotativa e conotativa; sinonímia, antonímia e polissemia.
- 1.30 Tipologia textual e gêneros textuais.
- 1.31 Vícios de linguagem e qualidade da boa linguagem.

2 NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

- 2.1 Compreensão e interpretação de texto escrito em língua inglesa.
- 2.2 Seleção vocabular.
- 2.3 Itens gramaticais para a compreensão dos conteúdos semânticos.

3 RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

- 3.1 Análise e interpretação de representações de figuras planas: desenhos, mapas, gráficos, tabelas, séries estatísticas, séries temporais e plantas; utilização de escalas.
- 3.2 Conceitos e aplicações básicas de estatística: população, universo, amostra, amostragem e variáveis; medidas de tendência central e medidas de dispersão; porcentagem.
- 3.3 Estruturas e diagramas lógicos; lógica de primeira ordem; lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; lógica sentencial (ou proposicional): tautologias, contradições e contingências; proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências e implicações lógicas; leis de Morgan; silogismos.
- 3.4 Métrica: áreas e volumes; estimativas; aplicações.
- 3.5 Modelagem de situações-problema por meio de equações do 1º e 2º grau e sistemas lineares.



- 3.6 Noções básicas de contagem, probabilidade e estatística.
- 3.7 Noções de função: análise gráfica; funções afim, quadrática, exponencial e logarítmica; aplicações.
- 3.8 Operações com conjuntos.
- 3.9 Sequências numéricas, progressão aritmética e progressão geométrica.
- 3.10 Variação de grandezas: razão e proporção com aplicações; regra de três simples e composta.

4 DIREITO CONSTITUCIONAL

- 4.1 Direito Constitucional: natureza; conceito e objeto; fontes formais.
- 4.2 Classificações das Constituições: constituição material e constituição formal; constituição garantia e constituição dirigente; normas constitucionais.
- 4.3 Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado; reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição.
- 4.4 Controle de constitucionalidade: conceito; sistemas de controle de constitucionalidade.
 - Inconstitucionalidade: inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.
 - Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.
- 4.5 Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos; Ações constitucionais: Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública.
- 4.6 Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.
- 4.7 Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos.
- 4.8 Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de Governo; atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
- 4.9 Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça;



Edital DRH/CRS

nº 09/2024

CFO

tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos Estados; funções essenciais à justiça.

4.10 Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.

4.11 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05/10/1988.

4.12 Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21/09/1989.

5 DIREITO PENAL

5.1 Princípios constitucionais do Direito Penal.

5.2 A lei penal no tempo.

5.3 A lei penal no espaço.

5.4 Interpretação da lei penal.

5.5 Infração penal: elementos, espécies.

5.6 Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal.

5.7 Conceito de crime, fato típico, ilicitude, culpabilidade, punibilidade.

5.8 Excludentes de tipicidade, de ilicitude e de culpabilidade.

5.9 Extinção da punibilidade.

5.10 Erro sobre elementos do tipo; erro de proibição; erro na execução; resultado diverso do pretendido.

5.11 Imputabilidade penal.

5.12 Concurso de pessoas.

5.13 Das penas: espécies, cominação, concurso, efeitos da condenação.

5.14 Crimes contra a pessoa.

5.15 Dos crimes contra a liberdade individual.

5.16 Crimes contra o patrimônio.

5.17 Crimes contra a dignidade sexual.

5.18 Crimes contra a incolumidade pública.



5.19 Crimes contra a Administração Pública.

6 DIREITO PROCESSUAL PENAL

6.1 Inquérito policial:

- *Notitia criminis.*
- Controle externo da atividade policial.

6.2 Ação penal; espécies.

6.3 Acordo de não persecução penal.

6.4 Jurisdição; competência.

6.5 Prova.

6.6 Da busca e da apreensão.

6.7 Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória.

6.8 Liberdade provisória.

6.9 Habeas Corpus.

6.10 **Resolução nº 213-CNJ, de 15/12/2015** – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas (Audiência de Custódia).

6.11 **Lei nº 7.960, de 21/12/1989** – Dispõe sobre Prisão Temporária.

7 DIREITO ADMINISTRATIVO

7.1 Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.

7.2 Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

7.3 Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; administração direta e indireta.

7.4 Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos.

7.5 Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder.

7.6 Ato administrativo: conceito; requisitos, perfeição, validade, eficácia; atributos; extinção,



Edital DRH/CRS
nº 09/2024
CFO

desfazimento e sanatório; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade.

- 7.7** Serviços públicos; conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização.
- 7.8** Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.
- 7.9** Intervenção do Estado na Propriedade e Atuação no Domínio Econômico: Desapropriação, Requisição, Servidão administrativa, Ocupação temporária e Tombamento.
- 7.10** Responsabilidade Civil da Administração Pública: Conceito de responsabilidade civil; Teoria do risco administrativo; Dano: conceito e tipos; Exclusão da responsabilidade; Reparação do dano: Ação regressiva.
- 7.11** Contratos administrativos: Conceito; Características; Princípios; Inexecução; Extinção; Contratos em espécie.
- 7.12** Licitação: Conceito; Aplicabilidade; Modalidade; Tipos e fases.
- 7.13** **Lei Federal n. 8.987, de 13/02/1995** – Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- 7.14** **Lei Federal n. 9.790, de 23/03/1999** – Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.
- 7.15** **Lei Federal n. 13.019, de 31/07/2014** – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
- 7.16** **Lei Federal n. 13.709, de 14/08/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 7.17** **Lei Federal n. 14.133, de 01/04/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



7.18 Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019 – Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

7.19 Decreto 45.969, de 24/05/2012- Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo.

8 DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

8.1 Lei Federal n. 10.406, de 10/01/2002 – Institui o Código Civil: Parte Geral: Livro I: das Pessoas; Livro II: dos Bens; Livro III: dos Fatos Jurídicos. Parte Especial: Livro I: do Direito das Obrigações: Título IX: da Responsabilidade Civil; Livro III: do Direito das Coisas: Título I: da Posse; Título III: da Propriedade: Capítulo I: da Propriedade em Geral; Capítulo II: da Aquisição da Propriedade Imóvel; Capítulo III: da Aquisição da Propriedade Móvel; Capítulo IV: da Perda da Propriedade; Capítulo V: dos Direitos de Vizinhança.

8.2 Decreto-lei n. 4.657, de 04/09/1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

8.3 Lei n. 8.078, de 11/09/1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

8.4 Lei n. 13.105, de 16/03/2015 – Código de Processo Civil: Livro I: Capítulo I: das Normas Fundamentais do Processo Civil; Capítulo II: da aplicação das normas processuais. Livro II: da Função Jurisdicional: Título I: da Jurisdição e da Ação; Título II: dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional: Capítulo I: dos Limites da Jurisdição Nacional. Livro III: dos Sujeitos do Processo: Título I: das partes e dos procuradores: Capítulo I: da Capacidade Processual; Capítulo II: dos Deveres das Partes e de seus Procuradores: Seção I: dos Deveres; Seção II: da responsabilidade das Partes por Dano Processual.

9 LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E DIREITOS HUMANOS

9.1 Lei Federal n. 1.079, de 10/04/1950 – Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

9.2 Lei Federal n. 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

9.3 Lei Federal n. 8.072, de 25/07/1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.



Edital DRH/CRS

nº 09/2024

CFO

- 9.4 Lei Federal n. 8.429, de 02/06/1992** – Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.
- 9.5 Lei Federal n. 9.099, de 26/09/1995** – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
- 9.6 Lei Federal n. 9.455, de 07/04/1997** – Define os crimes de tortura e dá outras providências.
- 9.7 Lei Federal n. 9.503, de 23/09/1997** – Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- 9.8 Lei Federal n. 9.605, de 12/02/1998** – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- 9.9 Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003** – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.
- 9.10 Lei Federal nº 10.826, de 22/12/2003** – Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.
- 9.11 Lei Federal nº 11.340, de 07/08/2006** – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
- 9.12 Lei Federal nº 11.343, de 23/08/2006** – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.
- 9.13 Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011** – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11/12/1990; revoga a Lei nº 11.111, de 05/05/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 08/01/1991; e dá outras providências.
- 9.14 Lei Federal nº 12.850, de 02/08/2013** – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o



Edital DRH/CRS
nº 09/2024
CFO

procedimento criminal; altera O Decreto-Lei n. 2.848, de 07/12/1940; revoga a Lei n. 9.034, de 03/05/1995; e dá outras providências.

- 9.15 Lei Federal nº 13.431, de 04/04/2017** – Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- 9.16 Lei Federal nº 13.869, de 05/09/2019** – Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
- 9.17 Lei nº Federal 14.786, de 28/12/2023** – Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).
- 9.18 Declaração Universal dos Direitos Humanos** – Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10/12/1948.
- 9.19 Convenção Americana sobre Direitos Humanos** – Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos (San Jose da Costa Rica), em 22/11/1969.